



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.720

O PRIMEIRO DE MAIO NOS JORNAIS ANARQUISTAS *A PLEBE* E *A LANTERNA* NA DÉCADA DE 1930 (1932-1935)

André Rodrigues
Mestrando em História (UEM)

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as comemorações do Primeiro de Maio na cidade de São Paulo, realizadas na década de 1930, por meio dos jornais anarquistas *A Plebe* e *A Lanterna*. Para desenvolver nosso estudo sobre o anarquismo, a partir dos discursos veiculados pelos jornais sobre o Primeiro de Maio, partimos do conceito de cultura política que é proposto pelo historiador francês Serge Berstein (2009) para designar um grupo coeso de representações, que são compostas por uma série de normas e valores que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que ultrapassam a noção reducionista de partido político. Na cultura política anarquista o Primeiro de Maio é visto como uma data símbolo da luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, mas também de luto, em memória dos Mártires de Chicago (1886). Por meio dos jornais analisados pode-se ter uma dimensão de como era organizado e celebrado o Dia do Trabalho, como também compreender os valores e símbolos utilizados por *A Plebe* e *A Lanterna* para divulgar a cultura política anarquista nessa data. A divulgação dessas celebrações nos jornais analisados mostra que, no período abordado, apesar da intensa repressão policial, os anarquistas de São Paulo mantiveram-se firmes em sua convicção de celebrar publicamente o Primeiro de Maio.

Palavras-chave: cultura política anarquista no Brasil nos anos 30; comemorações do Primeiro de Maio; jornais anarquistas; Mártires de Chicago; São Paulo.

O Primeiro de Maio: do surgimento as primeiras manifestações no Brasil

O surgimento do Primeiro de Maio está vinculado, formalmente, às iniciativas dos socialistas ligados à Segunda Internacional dos Trabalhadores (PERROT, 1989). No congresso inaugural desta organização, que aconteceu em Paris no ano de 1889, deliberou-se que em data fixa, no dia 1º de maio, haveria manifestações anuais reivindicando a redução da jornada de trabalho para oito horas.

No entanto, o Primeiro de Maio não foi algo simplesmente criado por decreto, foi precedido por uma série de experiências do movimento operário, não só dos socialistas, mas também dos anarquistas. De acordo com a historiadora Michelle Perrot, a escolha da data foi anteriormente utilizada, em 1886, pelos libertários norte-americanos que reivindicavam as oito horas de trabalho. Os anarquistas franceses também tiveram a sua participação, pois, entre 1883 e 1884, foram eles os responsáveis por impulsionar os grandes movimentos populares dando a ideia de greve geral. No que tange ao caráter de luta que marcava a data, os anarquistas, em muitos momentos, deram o tom: ação direta e violência (PERROT, 1989, p.128).

Desde o seu surgimento, o Primeiro de Maio foi disputado pelas diversas correntes ideológicas que atuavam no movimento operário. Os socialistas queriam dar um sentido político para a data, buscando “canalizar as energias operárias em direção ao Estado”, para que viessem a participar da política institucional, enquanto que, para os anarquistas, a data deveria seguir o seu estilo, isto é, basear-se na lógica da ação direta e apartidária (BILHÃO, 2009, p. 44).

No Brasil as primeiras manifestações do Primeiro de Maio aconteceram no final do século XIX e foram se consolidando no limiar do século XX. Segundo o historiador Cláudio Batalha (2004, p.105), esse fato é surpreendente, tendo em vista a ausência de vínculos entre os socialistas brasileiros com a Segunda Internacional; enquanto que em outros países da América Latina, como no caso da Argentina, “a recepção do 1º de Maio como festa de celebração do movimento operário, respondeu ao chamado da Segunda Internacional e foi resultado de uma decisão de alguns dirigentes socialistas” (SURIANO, 2008, p. 318).

Como afirmou Eric Hobsbawm (1987, p. 103), a celebração do Primeiro de Maio nesse período pode ser entendida como uma “manifestação unitária internacional”, na qual ocorria uma autoafirmação da classe trabalhadora em seu conjunto. No caso do Brasil, ao longo das três primeiras décadas do século passado, a data teve uma importância bastante significativa no processo de união e organização da luta dos trabalhadores para a reivindicação de melhores condições de trabalho, sendo celebrado em várias cidades e amplamente divulgado na imprensa operária anarquista, socialista e comunista.

A data envolvia a utilização de elementos simbólicos que eram comuns a essas correntes ideológicas, como o hino *A Internacional* e a bandeira rubra (BATALHA, 2000, p.67). Mas, mesmo se tratando de uma data compartilhada por várias delas, o Primeiro de Maio também foi alvo de disputas entre grupos identificados a diferentes ideologias que atuavam no movimento operário.

Os jornais anarquistas *A Plebe* e *A Lanterna* e o Primeiro de Maio em São Paulo na década de 1930

Nossa análise centra-se nos periódicos anarquistas *A Plebe* e *A Lanterna*, que conseguiram manter uma publicação regular na cidade de São Paulo na década de 1930. A partir da leitura desses dois periódicos, podemos ter uma dimensão de como era organizado, celebrado e interpretado o Primeiro de Maio pelos libertários no Brasil naquela época.

A Lanterna começou a ser publicado em 1901, como periódico anticlerical, tendo como redator-gerente o advogado e militante anarquista Benjamim Mota, sendo que essa sua primeira fase de publicação durou até 1904, quando, por motivos de conflito entre os editores, o periódico para de circular.

No ano de 1909, Edgard Leuenroth se associa a Benjamim Mota para retomar a publicação do jornal, mas como a “vida das folhas que representavam resistência a poderes constituídos era sempre muito difícil, por sua própria natureza”, param com as publicações em 1916 (KHOURY, 2007, p. 118). Desse modo, por meio da análise aqui desenvolvida nos concentraremos na terceira fase de publicação de *A Lanterna*, que ocorreu entre os anos de 1933 a 1935. Nesse período, foram publicadas 48 edições, que apareciam de forma quinzenal, aos sábados.

A Plebe surgiu no ano de 1917, perante a forte mobilização operária que marcou esse ano. O periódico veio para substituir *A Lanterna*, que tinha deixado de circular no ano anterior. Edgard Leuenroth, o fundador do jornal, assumiu o cargo de redator-chefe. O jornal funcionou como “um significativo instrumento na construção da greve geral declarada e sustentada durante esse ano”, de 1917 (KHOURY, 2007, p. 120).

Entre os anos de 1932 a 1935, Edgard Leuenroth já não era o redator chefe de *A Plebe*, mas outro conhecido militante anarquista, Rodolpho Felipe. Ao longo desses anos o periódico foi publicado em quatro páginas, aparecia semanalmente, sendo que foram publicados um total de 102 edições. Apesar de várias interrupções, *A Plebe* “foi publicado entre 1917 e 1951, chegando a sair diariamente durante um curto período em 1919” (BATALHA, 2000: 64).

Para desenvolver nosso estudo sobre o anarquismo, a partir dos discursos veiculados pelos jornais sobre o Primeiro de Maio, partimos do conceito de cultura política que é proposto pelo historiador francês Serge Berstein (BERSTEIN, 2009) para designar “um grupo de representações, portadoras de normas e valores que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político” (BERSTEIN, 2009, p. 32). Segundo o autor, a noção de cultura política envolve “uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento de sua história” (BERSTEIN, 2009, p. 32).

Optamos por trabalhar com esse conceito, por considerar que o mesmo nos permite analisar a atuação político-ideológica de uma forma ampla, ao levar em conta também as dimensões culturais envolvidas nos fenômenos políticos, como valores, linguagens e símbolos. Quanto ao papel desempenhado pelos órgãos de imprensa no âmbito de uma cultura política, entendemos, de acordo com Berstein, que eles cumprem o papel de “vetores de socialização” das mesmas (BERSTEIN, 1998, p. 363).

No caso da cultura política anarquista em São Paulo nos anos 30, os jornais faziam parte de um conjunto maior de instrumentos que eram usados pelos libertários para difundirem e consolidarem sua cultura política na cidade. Além da imprensa, os anarquistas mantinham uma forte militância sindical, através da Federação Operária de São Paulo (FOSP); e uma ampla série de atividades político-culturais de cunho libertário, desenvolvidas pelo Centro de Cultura Social (GERALDO, 1998).

O conceito de cultura política também nos permite entender a interpretação anarquista do Primeiro de Maio como uma data de luto pela repressão à

manifestação operária em Chicago, em fins do século XIX, enquanto uma forma de buscarem referenciais históricos que pudessem ser utilizados como instrumento de sua luta política. Como mostra Berstein, a cultura política busca no passado “valores normativos capazes de mobilizar energias e de transformá-las em armas para o presente” (BERSTEIN, 2009, p. 35). Identificar o Primeiro de Maio ao episódio dos Mártires de Chicago ajudava a criar um sentido de identidade comum entre os anarquistas e fortalecia sua luta por legitimar sua própria interpretação sobre a data símbolo contra outras versões, que eram defendidas por grupos ligados a outras matrizes ideológicas e também pelo próprio Estado.

O Primeiro de Maio nos jornais anarquistas era sempre divulgado na última edição de abril. No período analisado, a FOSP era a responsável por organizar as manifestações públicas, comícios e festivais de confraternização operária. No dia 28 de abril de 1934, por exemplo, essa organização sindicalista divulgou a seguinte convocação para os “trabalhadores e o povo em geral” através de *A Plebe*:

Grande Comício Popular
Aos trabalhadores e ao povo em geral!
A Federação Operária de São Paulo convida aos Trabalhadores e ao Povo em geral a comparecerem ao Grande Comício Comemorativo da tragédia de Chicago que se realizará Terça-feira, 1º de Maio, às 14 horas em sua sede social.
Trabalhadores! Ninguém falte a este comício!
O Comitê Federal (*A Plebe*, 28/04/1934, p.03).

Nas edições tanto de *A Plebe* quanto de *A Lanterna* destinadas a divulgar as atividades a serem desenvolvidas no Dia do Trabalho, era comum encontrar artigos com um forte apelo emotivo lembrando do sofrimento dos Mártires de Chicago e a sua relação com a luta dos anarquistas pela emancipação social. Em *A Lanterna* na edição 19 de abril de 1934, os editores do jornal, ao divulgarem as celebrações do Primeiro de Maio daquele ano, ressaltaram o seguinte sobre os Mártires de Chicago e a sua influência sobre o movimento operário e a luta pelo advento de uma nova sociedade baseada nos ideais anarquistas:

O 1º de Maio lembra Chicago em 1886. O proletariado agita-se. Reclama melhoria de situação. Os potentados resistem e põem em ação a engrenagem de uma máquina de tirania.

A reação entra em campo e, como sempre acontece, os mais dedicados, os idealistas sacrificam-se em holocausto à causa dos oprimidos.

Erguem-se cinco forcas e os corpos de cinco libertários ficam a balançar pelos anos a fora como um estandarte de reivindicações da multidão obreira, que trabalha e sofre que produz riqueza e passa miséria.

E essa multidão caminha, marcha. Para onde! Para um mundo melhor onde haja pão para todos, onde todos tenham direitos a um lugar no banquete da vida, para um mundo que tem constituído a aspiração da humanidade em todos os tempos, através de todos os movimentos reivindicadores das lutas sociais, para um regime onde reine a paz no seio dos seres humanos, irmanados numa única família e onde o bem-estar e a liberdade sejam um patrimônio comum (*A Lanterna*, 19/04/1934, p.04).

No Primeiro de Maio, além dos Mártires de Chicago, os jornais analisados também lembravam os anarquistas brasileiros que foram perseguidos e mortos na Colônia Agrícola Clevelândia, que durante a sua existência, na década de 1920, era localizada próxima ao Rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa. Nessa colônia, os presos eram submetidos a péssimas condições e acabavam padecendo as mais variadas doenças, chegando a cerca de cinco a doze casos de óbito por dia (ALVES, 2009). Desse modo, devido a todo sofrimento durante o cárcere e a perseguição, por defenderem os ideais anarquistas, os libertários que morreram na Clevelândia se tornaram mártires dentro da cultura política anarquista brasileira, os quais também, juntamente com os Mártires de Chicago, deveriam ser lembrados todos os anos durante o Primeiro de maio:

Comemorando a tradicional e sempre gloriosa data de 1º de Maio que relembra uma das maiores e mais admiráveis vitórias do proletariado internacional contra a exploração burguesa e capitalista, - não deixaríamos de incorrer numa falta imperdoável, se, dentre a legião dos mártires da causa da emancipação da humanidade, de cujos atos heroicos hoje nos lembrarmos, - não incluíssemos, também, as vítimas do Oyapock, na Clevelândia. Pedro Augusto Mota, ex-redator d' A Plebe, natural da Terra da Luz, no Ceará; José Maria Fernandes Varela e Nino Martins, ambos gráficos e rio-grandenses também colaborados de "A Plebe"; Nicolau Parada e José Alves do Nascimento, este brasileiro, residente no Rio e aquele espanhol, ambos garçons, à frente de cuja classe desenvolviam as suas atividades revolucionárias, todos os quais constituem um pugilo de bravos camaradas nossos, que aqui vieram e mourejaram conosco, sempre destemidos e leais, trabalhando com entusiasmo e

dedicação pela causa da revolução social (*A Plebe*, 28/04/ 1934, p.04).

Na década de 1930, o governo Vargas, ao tentar cada vez mais controlar o movimento operário, estimulou o sentido festivo ao Primeiro de Maio, ao invés do reivindicativo (GOMES, 1988)¹. Nesse contexto histórico, a imprensa anarquista repudiou com veemência a significação de feriado que se buscava dar à data, vista pelos libertários como uma estratégia de “mistificação” do verdadeiro sentido do Primeiro de Maio:

O governo brasileiro, por decreto, considerou “feriado” o dia 1º de Maio, julgando que com essa medida pudesse mistificar o significado da sua origem de protesto universal.

Mas, 1º de maio, não é dia de festa, e sim, de protesto. Protesto contra o massacre de Chicago, protesto contra as vítimas do capitalismo, protesto contra o regime iníquo porque se regem as sociedades que sofrem todos os horrores dessa tremenda quadrilha de malfeitores que manietam a humanidade em todos os seus anseios de liberdade e justiça social (*A Plebe*, 29/04/1933, p.02).

Nesse período, além de o governo buscar dar um novo sentido ao Primeiro de Maio, também reprimia as manifestações públicas dos anarquistas. No 1º de maio de 1933, por exemplo, a polícia proibiu a realização de um comício no Largo da Sé, que tinha sido divulgado pela Fosp. Mesmo com a proibição, segundo o jornal *A Plebe*, o evento ocorreu e contou com a participação de centenas de trabalhadores que, em seguida, se dirigiram à sede da Federação entoando “as estrofes heroicas e candentes da Internacional.” (*A Plebe*, 06/05/1933, p.01) Quando os trabalhadores já se encontravam na sede da Federação, chegaram os inspetores e soldados e deram voz de prisão aos que lá estavam, poupando as crianças e senhoras (*A Plebe*, 06/05/1933, p.01).

¹ Segundo a historiadora Isabel Bilhão, já durante a década de 1920 começaram a existir iniciativas do poder público buscando se apropriar do Primeiro de Maio por meio de duas formas principais: a primeira monopolizando as comemorações “nas mãos do governo”, e a segunda tirando o caráter reivindicativo da data e a tornando “feriado oficial” (BILHÃO, 2009, p.47). Bilhão destaca que, em 1924, o presidente Artur Bernardes decretou que o Primeiro de Maio seria comemorado como feriado nacional a partir do ano seguinte. Sendo assim, o estímulo dado pelo Governo Vargas, nos 30, para que essa data tivesse um caráter festivo, significou uma intensificação das iniciativas voltadas para a cooptação do Primeiro de Maio pelo Estado, que se iniciaram na década de 1920.

Entre as manifestações do Primeiro de Maio realizadas pelos anarquistas que são abordadas pelos jornais analisados, a que chama mais a atenção, devido à força da repressão, é a de 1935. Nesse ano, segundo os jornais, as autoridades teriam proibido qualquer tipo de mobilização em locais públicos, o que levou a FOSP a realizar apenas um comício comemorativo em recinto fechado, no salão da Rua Quintino Bocaiuva (*A Lanterna*, 04/05/1935, p.03). Entretanto, mesmo com a intensa repressão desencadeada contra os anarquistas, a coação policial não impediu que o comício comemorativo fosse realizado com sucesso: “mal grado a coação policial, essa data se comemorou com uma grande reunião em que confraternizaram os trabalhadores de todas as classes” (*A Plebe*, 11/05/1935, p.01).

Apesar da intensa repressão na década de 1930, o Primeiro de Maio não deixou de ser comemorado de alguma forma pelos militantes libertários, sendo sempre realizados festivais e comícios em vários espaços de sociabilidade da cultura política anarquista, como a sede da FOSP, o salão Celso Garcia, ou mesmo em locais públicos, como bem descreve *A Lanterna* em referência ao 1º de maio de 1934²:

A data característica do proletariado universal teve em S. Paulo a comemoração anunciada no número anterior de “A Lanterna”.

No dia 30, á noite, realizou-se um grande festival de confraternização obreira promovida pela Federação Operária de São Paulo. O salão Celso Garcia ficou repleto de famílias e o programa teve execução satisfatória.

No dia 1º, pela manhã, na sede da F.O.S.P, realizou-se a sessão preparatória do plenário conferência a realizar-se a noite. Não obstante, ser destinada apenas para os representantes das organizações proletárias, esta sessão teve numerosa assistência.

A tarde, realizou-se o comício, na mesma sede e também promovido pela FOSP.

Apesar do aparato policial pelas mediações, a concorrência foi grande. O salão ficou repleto de uma assistência entusiasta. Falaram vários oradores com aplausos da multidão (*A Lanterna*, 17/05/1934, p.03).

Como se pode perceber, mesmo sendo arduamente reprimidos pela polícia, os anarquistas continuaram a celebrar o Primeiro de Maio em seus principais

² O Salão Celso Garcia pertencia à Associação das Classes Laboriosas, era localizado no centro de São Paulo, na Rua do Carmo, Nº 39. Esse salão era geralmente alugado pelos anarquistas para a realização de festivais, conferências e peças teatrais (LIMA; VARGAS, 1986, p. 169-170).

espaços de sociabilidade durante a década de 1930. Nesse período, assim como havia ocorrido na Primeira República, a imprensa anarquista teve um papel bastante significativo na propaganda das celebrações do Primeiro de Maio, como também na divulgação dos valores, símbolos, e imagens que compõem a interpretação anarquista sobre essa data tão significativa para o movimento operário.

Conclusão

O Primeiro de Maio era interpretado pelo movimento operário anarquista brasileiro, no início do século XX, como uma data de luto em memória dos Mártires de Chicago e de luta por melhores condições de vida e trabalho.

Durante a Primeira República, os anarquistas tiveram uma grande influência dentro do movimento operário brasileiro, buscando dar ao Primeiro de Maio um sentido combativo, baseado na histórica luta por reivindicações trabalhistas, sendo a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias o tema mais pautado em suas manifestações.

Entretanto, na década de 1930, houve um descenso da influência do anarquismo no movimento operário de diversas partes do Brasil. Mas, pelo menos no estado de São Paulo, os libertários conseguiram se manter fortes e reorganizaram em nível estadual a Federação Operária de São Paulo, que passou a congregar um grande número de sindicatos. Nesse período, a FOSP se tornou responsável pela organização das atividades a serem desenvolvidas pelos anarquistas no Primeiro de Maio.

Por meio da análise dos jornais *A Plebe* e *A Lanterna*, nos anos 30, podemos perceber como o Dia do Trabalho era organizado e celebrado pelos anarquistas ligados à FOSP e como seus discursos sobre essa data símbolo envolviam textos, por meio dos quais divulgavam os valores e símbolos vinculados à concepção anarquista dessa data: uma celebração combativa dos trabalhadores, associada à sua histórica luta por melhores condições de trabalho, dentro da qual o massacre dos Mártires de Chicago representavam um momento simbólico de grande importância.

Essa visão do Primeiro de Maio era difundida num momento em que o governo Vargas buscava arregimentar o controle sobre a classe trabalhadora, fomentando um sentido festivo e não combativo para as celebrações do Primeiro de Maio. Sendo assim, os jornais libertários *A Plebe* e *A Lanterna* se opuseram a essa iniciativa do poder público, acusando a burguesia e o governo de quererem “mistificar” o Dia do Trabalho, tirando dele o seu aspecto reivindicativo.

Nos jornais analisados podemos observar que, apesar da intensa repressão policial, os anarquistas na década de 1930, em São Paulo, esforçaram-se duramente para disseminar sua interpretação sobre o Primeiro de Maio, realizando conferências, reuniões públicas, festivais de confraternização operária, lembrando os mártires anarquistas do passado e cantando os seus hinos revolucionários.

Bibliografia

ALVES, Paulo. Repressão e movimento operário na Primeira República, 1890-1923. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). **Imagens Anarquistas: análises e debates**. 1ªed. Londrina: EDUEL, 2009, p. 59-84.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; RIVELLI, Jean François (orgs.). **Para uma história cultural**. 1ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO *et alli*. **Cultura política, memória e historiografia**. 1ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 29-46.

BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. 1ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 95-120.

_____. **O movimento operário na Primeira República**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BILHÃO, Isabel. A versão anarquista do Primeiro de Maio: dia de luto e luta. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). **Imagens Anarquistas: análises e debates**. 1ª ed. Londrina: EDUEL, 2009, p. 43-58.

GERALDO, Endrica. Práticas libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951). **Cadernos AEL-Anarquismo e anarquistas**, Campinas, Nº8/9, p. 165-192, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

HOBBSBAWN, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 1ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KHOURY, Yara Aun. Edgard Leunroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **A formação das tradições (1881-1945)**. 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 113-130.

LIMA, Mariangela Alves de; VARGAS, Maria Thereza. Teatro operário em São Paulo. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil: Memória, lutas e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 162-250.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SURIANO, Juan. **Anarquistas: Cultura y política libertaria em Buenos Aires (1890-1910)**. 1ªed. Buenos Aires: Manatianal, 2008.

WOODCOCK. **Historia das ideias e movimentos anarquistas**. Vol. 02: O Movimento. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008.

Fontes

Jornal *A Plebe* (edições do período 1932 a 1935). Localizado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da UNICAMP.

Jornal *A Lanterna* (edições do período 1933 a 1935). Localizado no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.